

Após dois anos em queda, PIB cresce 0,98% em 2017: acabou a crise?

Carlos Paiva

cpaiva@fee.tche.br

Pesquisador em Economia da FEE

No início deste mês, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou as contas nacionais de 2017, que apontaram para uma taxa de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) de quase 1%. Governo e meios de comunicação saudaram o resultado como demonstração de que o País saiu da crise. Uma conclusão impositiva se tomarmos a questão de uma perspectiva estritamente empírico-formal. Tal como pode ser observado na segunda coluna da tabela, o PIB apresentou crescimento ao longo de todo o ano, do primeiro ao quarto trimestre. Comparada à queda dos dois anos anteriores, a *performance* de 2017 merece ser saudada.

Não obstante, seria um equívoco inferir a dinâmica de 2018 da *performance* de 2017. É preciso analisar com muito cuidado as informações divulgadas pelo IBGE, com atenção à evolução da dinâmica dos quatro trimestres de 2017. Na parte interior da tabela, observamos que o PIB cresceu 1,3% no primeiro trimestre, 0,58% no segundo, 0,24% no terceiro trimestre e 0,05% no quarto, ou seja, a economia vem crescendo a taxas decrescentes!

Se olharmos para a *performance* dos componentes da demanda agregada, entenderemos este peculiar — e preocupante — dinamismo da economia nacional. No primeiro trimestre, o Consumo das Famílias (CF) e o Consumo do Governo (CG) ficou praticamente estagnado (variaram meros 0,18% e -0,13% respectivamente), enquanto a Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) caiu 0,56%. O resultado positivo adveio da extraordinária safra agrícola, que alavancou as exportações (X) com um crescimento de 5,83%. No segundo trimestre, as exportações cresceram mais uma vez frente ao trimestre anterior, e as importações caíram, ampliando o superávit da Balança Comercial (BC).

Mas, no segundo trimestre, foi o CF que apresentou a maior taxa de crescimento entre as variáveis de despesa (1,15%). Esse movimento parece estar associado à elevação dos rendimentos reais da população ocupada (penúltima coluna) a uma taxa pouco superior a 2% nos primeiros trimestres de 2017. Vale observar que as informações sobre a evolução da renda dos ocupados e sobre a taxa de desemprego tem por base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), inteiramente baseada nas declarações dos entrevistados. Tal fato dificulta a interpretação de alguns resultados, mas é digno de nota que, em contraste com anos anteriores, os entrevistados, em 2017, declararam sistematicamente que os rendimentos **efetivamente auferidos** ao longo do ano superaram os rendimentos **normais** da atividade. Aparentemente, a “anomalia” está ligada a três determinações: (a) a supersafra agrícola; (b) a liberação dos saldos inativos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e (c) a queda — gradual e discreta — do desemprego nos três primeiros trimestres. Os dois primeiros fatores **não** são recorrentes nem cumulativos e não devem se repetir em 2018, mas o mais preocupante é o último fator: tal como podemos observar na última célula da última coluna, a **taxa de desemprego parou de cair no quarto trimestre de 2017**, e o desemprego estagnou em um patamar elevado: 12,2% da força de trabalho.

Ainda mais preocupante do que a *performance* do consumo é a evolução recente das exportações e da BC. A crise recente teve início no primeiro trimestre de 2015. Ao longo dos 11 trimestres seguintes (até o terceiro de

2017), as exportações cresceram 14,53% em valor, e as importações decresceram 13,72%. Esse movimento, no entanto, sofreu uma inversão a partir de 2017, quando as importações passaram a crescer de forma mais rápida do que as exportações, deprimindo o saldo comercial do terceiro e do quarto trimestre em relação aos imediatamente anteriores. Essa *performance* perversa parece estar relacionada com a inversão da política monetário-cambial na passagem do segundo Governo Dilma para o Governo Temer. Entre janeiro de 2015 e junho de 2016, o real passou por uma desvalorização efetiva (descontado diferencial de inflação) de 30,29% em relação ao dólar. Entre julho de 2016 e dezembro de 2017, o real voltou a valorizar-se (12,36% em relação ao dólar e 17,31% em relação ao renminbi). Evidentemente, a taxa de câmbio não é o único determinante do saldo comercial e da *performance* das exportações e importações, mas é um componente importante, especialmente quando os países (potencialmente) importadores voltam a crescer. Foi justamente isso que ocorreu no ano passado. Entre as 45 maiores economias do mundo — responsáveis por 85% do PIB global —, o Brasil do “1%” foi o país que apresentou a menor taxa de crescimento (vide estudo da Austin Rating sobre o tema, disponível na internet).

Não pode haver surpresa, portanto, no crescimento pífio do último trimestre. A única surpresa encontra-se no fato do crescimento de 0,05% do período ter sido puxado pela FBKF (variação positiva de 1,96%) e do CG (variação de 0,18%). Esses componentes de demanda, contudo, devem voltar a cair. No que diz respeito ao CG, por imposição da nova agenda fiscal associada à PEC do Teto. No que diz respeito à FBKF, em função da elevada capacidade ociosa e do menor crescimento do CF e das X. Em suma: parece que ainda é muito cedo para festejar o fim da crise. Mesmo se abstraído da grave crise política e expectacional em relação à qual ainda nos encontramos submetidos, o horizonte estritamente econômico continua envolto em brumas.

Variação do Produto Interno Bruto, do desemprego e do rendimento dos ocupados no Brasil — 2014-2017

PERÍODOS	TAXA DE VARIAÇÃO PERCENTUAL COM RELAÇÃO AO PERÍODO ANTERIOR (1)						VARIAÇÃO ABSOLUTA	TAXA DE VARIAÇÃO (%)	TAXA DE DESEMPREGO (2)
	PIB	Consumo das Famílias	Consumo do Governo	FBKF	Exportações	Importações	Balança Comercial e de Serviços (3)	Rendimentos dos Ocupados (4)	
2014/2013	0,51	2,25	0,81	-4,22	-1,13	-1,91	2.047,64	1,19	6,85
2015/2014	-3,55	-3,22	-1,44	-13,95	6,82	-14,19	36.674,63	1,35	8,75
2016/2015	-3,47	-4,34	-0,06	-10,27	1,92	-10,16	19.454,54	-0,92	11,80
2017/2016	0,98	0,96	-0,56	-1,84	5,18	4,99	809,78	1,91	12,70
1.º trim./17/4.º trim./16	1,30	0,18	-0,13	-0,56	5,83	2,14	1.531,84	2,14	13,60
2.º trim./17/1.º trim./17	0,58	1,15	-0,13	0,40	0,59	-2,61	6.464,98	2,11	12,80
3.º trim./17/2.º trim./17	0,24	1,14	-0,25	1,84	3,26	6,50	-3.133,27	2,20	12,20
4.º trim./17/3.º trim./17	0,05	0,13	0,18	1,96	-0,93	1,61	-4.562,89	1,29	12,20

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE/PNAD-Contínua (2018).
IBGE/Contas Trimestrais (2018).

(1) Dados encadeados e dessazonalizados; (2) Taxa média de desemprego no ano ou no trimestre. (3) Variação do resultado absoluto da balança comercial e serviços com relação ao período anterior. (4) Em relação ao mesmo período do ano anterior (dados não dessazonalizados).